

Violações de direitos em casos de remoções forçadas:

a matriz de danos como instrumento de efetivação da
compensação financeira

Proponente: Laila Nazem Mourad/Programa de Pós-graduação em Território Ambiente e Sociedade da Universidade Católica do Salvador

RESUMO GERAL

A luta pela terra e a permanência no território é um dos temas mais acirrados na atualidade, com crescentes flagrantes de violações dos direitos humanos, particularmente em relação as remoções forçadas decorrentes dos desastres ambientais recentes e de grandes obras de infraestrutura que atravessam territórios populares. Nos casos estudados foram identificadas violações de direitos humanos que geraram prejuízo financeiro às famílias que vivenciam as remoções forçadas. A partir das experiências dos desastres-crimes ocorridos em (Mariana/2015), Paraopeba (Brumadinho/2019), Itatiaiuçu-MG (2020) foi possível pensar um processo de reparação integral, fundamentado nas decisões do sistema interamericano dos direitos humanos. Para a sociologia dos desastres este pode ser conceituado como um fenômeno sociológico complexo, que reflete o modelo de desenvolvimento adotado. Sua interpretação é disputada, tanto pela narrativa dos efeitos do desastre na realidade do território, quanto em formas de sua reparação. É um fenômeno de injustiça ambiental ou de conflito socioambiental potencializado. Nesse contexto, movimentos sociais, assessorias técnicas independentes e universidades vêm construindo estratégias para dimensionar os danos materiais e imateriais ocasionados por rupturas das barragens, e também de remoções forçadas decorrentes da implantação de grandes projetos de infraestrutura urbana, apontando formas de se restabelecer os territórios e compensar as perdas vividas em todos os seguimentos ecológicos, econômicos e sociais. A partir das lutas dos atingidos criou-se a possibilidade de participação livre e informada nas etapas de reparação integral, no intuito de assegurar a centralidade das vítimas nos processos decisórios e nas ações de reconstrução dos territórios e restituição dos modos de vida. Nesta perspectiva, os grupos de pesquisa *Territórios em Resistência* e *Gestão Democrática das Cidades*, articulam-se com esta experiência, tanto do ponto de vista conceitual, quanto aos processos de participação centrados na satisfação das vítimas, a partir das ações conjuntas realizadas com as comunidades de Bairro da Paz, Km 17 de Itapuã, Jardim Abaeté, Vila Romana, localizadas em Salvador/BA. Segundo o documento da Organização das Nações Unidas (ONU, 2010, p. 8) intitulado *Relatoria Especial da ONU para a moradia adequada. Guia: como atuar em projetos que envolvem despejos e remoções?*, a remoção forçada é definida como a “retirada definitiva ou temporária de indivíduos, famílias e/ou comunidades, contra a sua vontade, das casas e/ou da terra que ocupam, sem que estejam disponíveis ou acessíveis formas adequadas de proteção dos direitos dos envolvidos e busca de soluções apropriadas”. Vale destacar, que a reparação integral é obrigação

do Estado, ou empresas, em assumir a responsabilidade dos danos provocados de forma a restituir e indenizar pessoas ou coletivos por suas perdas materiais ou imateriais. Esta deve atender a seis dimensões: investigação dos fatos; restituição de direitos, bens e liberdades; reabilitação física, psicológica e social; satisfação das vítimas; garantia de não repetição de violações e indenização compensatória por danos materiais e imateriais, assim considerados: danos materiais - danos emergentes, lucros cessantes e danos ao patrimônio familiar) e imateriais (esfera moral, psicológica, física e projeto de vida). Em ambas ações em curso, pretende-se fazer prova nos respectivos processos judiciais para determinação/revisão de valor financeiro a ser pago às pessoas atingidas (compensação financeira); subsidiar uma sentença favorável à população atingida, bem como a elaboração e implantação de políticas públicas que contribuam para uma reparação justa nos casos de remoção e de desastres-crime. Para contribuir com esse debate propõe-se a presente Sessão que apresenta duas importantes experiências relacionadas a temática. A primeira refere-se às metodologias em pesquisas participativas nos processos de reparação integral. A segunda aborda a pesquisa sobre a remoção forçada em Salvador/BA, que vem sendo desenvolvida junto com as comunidades atingidas e os pesquisadores dos grupos citados.

TÍTULO DA PALESTRA 1 – PESQUISAS PARTICIPATIVAS PARA LEVANTAMENTO DOS DANOS EM DESASTRES TECNOLÓGICOS: O DESAFIO DA REPARAÇÃO INTEGRAL NA BACIA DO PARAÓPEBA

Nome do palestrante/filiação institucional: Francine Damasceno Pinheiro - Pós doutoranda em Planejamento Urbano e Desenvolvimento Regional (IPPUR/UFRJ)

Esta sessão pretende refletir sobre a importância de metodologias participativas para levantamento de danos vivenciados em casos de violações de direitos humanos. Embora não seja comum a prática de pesquisa participativa para construção de provas em processos judiciais, nos casos de conflitos socioambientais decorrentes de desastres tecnológicos, esta deve ser prioritária e incentivada nos diversos casos de violações de direitos, como no caso das remoções forçadas. Na condução das metodologias participativas há uma apropriação das informações pela população atingida, potencializando a luta por direitos, com participação informada centrada nas vítimas, buscando alternativas na reconstrução dos territórios que reduzam as vulnerabilidades que possibilitaram a violação de direitos. Tratam-se de metodologias que rompem com a colonialidade do saber, dialogando com os autores latino-americanos para promoção de novas formas de fazer pesquisas.

TÍTULO DA PALESTRA 2 - REMOÇÃO FORÇADA E REPARAÇÃO JUSTA E INTEGRAL EM TERRITÓRIOS POPULARES: O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DA MATRIZ DE DANOS EM SALVADOR/BA

Nome do palestrante/filiação institucional: Aparecida Netto Teixeira/Programa de Pós-graduação em Território Ambiente e Sociedade da Universidade Católica do Salvador

O projeto de macrodrenagem dos rios Jaguaribe/Mangabeira vem sendo executado desde 2016, de maneira autoritária e excludente, pelo governo do Estado da Bahia, tendo resultado no deslocamento involuntário, em área de Zona Especial de Interesse Social (ZEIS), de aproximadamente 500 famílias das comunidades do Bairro da Paz, km 17 de Itapuã, Jardim Abaeté, Vila Romana. As comunidades atingidas denunciaram a Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia junto ao Ministério Público da Bahia, argumentando as violações dos direitos humanos e de moradia. Estas comunidades estão situadas em uma área em processo crescente de valorização imobiliária. Neste contexto, o objetivo do trabalho é evidenciar os danos materiais e imateriais vivenciados pela população no processo de remoção e quais os valores devidos para uma indenização justa. A metodologia adotada através de pesquisa-ação abrangeu a realização de oficinas e rodas de conversa, que visaram apresentar os elementos conceituais sobre direito à cidade e à moradia e identificar os danos materiais e imateriais, decorrentes das violações de direito. Como resultado parcial obteve-se a precificação dos danos referentes a posse da terra e à moradia, visando apoiar as comunidades na luta pela revisão dos valores de indenização pagos pelo Governo do Estado da Bahia.

TÍTULO DA PALESTRA 3 – AS EXPERIÊNCIAS DE ASSESSORIA TÉCNICA AOS ATINGIDOS POR BARRAGEM.

Nome do palestrante/filiação institucional: Flávia Braga Vieira - Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ).

A construção de grandes barragens provoca enormes impactos sociais e ambientais. Nos últimos 20 anos, em todas as regiões do Brasil, surgiram movimentos sociais que organizam as populações atingidas por estes empreendimentos para resistir aos deslocamentos compulsórios e defender seus direitos, lutando por justas compensações pela deterioração de suas condições de vida e do meio ambiente. A Assessoria Técnica e Educacional Meio Ambiente e Barragens (ATEMAB) é uma atividade de extensão universitária que oferece às populações atingidas por barragens apoio nas áreas de formação de lideranças; consultoria técnica, através da produção de estudos relacionados à política energética, recursos hídricos e meio ambiente e assessoria ao Movimento Nacional de Atingidos por Barragens (MAB).